

## **Atendimento educacional especializado: estratégias para inclusão de alunos com TEA no ensino regular.**

Specialized educational service: strategies for including students with ASD in regular education.

Maria do Espírito Santo da Cruz dos Santos

### **RESUMO**

O presente estudo aborda o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como estratégia fundamental para a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular, considerando a necessidade de práticas pedagógicas que assegurem a equidade, a participação e o desenvolvimento desses estudantes no ambiente escolar. A pesquisa tem como objetivo analisar de que maneira o AEE contribui para o processo de aprendizagem, socialização e desenvolvimento acadêmico dos alunos com TEA, destacando a importância das adaptações curriculares, dos recursos pedagógicos acessíveis e das metodologias inclusivas utilizadas pelos profissionais especializados. Fundamenta-se em revisão bibliográfica e análise qualitativa, dialogando com autores e legislações voltadas à educação inclusiva no Brasil, especialmente no que se refere ao direito à educação de qualidade para todos. O estudo evidencia que o AEE desempenha papel essencial ao identificar barreiras, organizar estratégias pedagógicas e promover condições que favoreçam a autonomia e a participação dos estudantes com TEA no contexto escolar. Além disso, ressalta-se a relevância da formação continuada dos professores e da parceria entre escola, família e profissionais da educação na

construção de práticas inclusivas mais efetivas. Conclui-se que o AEE não deve ser compreendido apenas como suporte complementar, mas como elemento indispensável para a consolidação de uma educação inclusiva, democrática e acessível, capaz de respeitar as singularidades dos alunos e promover oportunidades igualitárias de aprendizagem e desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Educação inclusiva. Ensino regular. Transtorno do Espectro Autista.

## **ABSTRACT**

The present study addresses Specialized Educational Assistance (AEE) as a fundamental strategy for the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in regular education, considering the need for pedagogical practices that ensure equity, participation and development of these students in the school environment. The research aims to analyze how AEE contributes to the learning, socialization and academic development process of students with ASD, highlighting the importance of curricular adaptations, accessible pedagogical resources and inclusive methodologies used by specialized professionals. It is based on a bibliographical review and qualitative analysis, dialoguing with authors and legislation focused on inclusive education in Brazil, especially with regard to the right to quality education for all. The study shows that AEE plays an essential role in identifying barriers, organizing pedagogical strategies and promoting conditions that favor the autonomy and participation of students with ASD in the school context. Furthermore, the relevance of continuing teacher training and the partnership between school, family and education professionals in building more effective inclusive practices is highlighted. It is concluded that AEE should not be understood only as complementary support, but as an indispensable element for the consolidation of an inclusive, democratic and accessible education, capable of respecting the uniqueness of students and promoting equal opportunities for learning and development.

**Keywords:** Specialized Educational Service. Inclusive education. Regular teaching. Autism Spectrum Disorder.

## **1. INTRODUÇÃO**

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem sido um dos desafios da educação contemporânea, exigindo a adoção de estratégias pedagógicas que garantam a equidade no acesso e na permanência desses estudantes no ensino regular.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como um suporte necessário para atender às necessidades individuais, promovendo a aprendizagem e a participação ativa dos alunos com TEA no ambiente escolar. Por meio de metodologias adaptadas, recursos tecnológicos e materiais pedagógicos específicos, o AEE contribui para a construção de práticas mais acessíveis e diversificadas, respeitando as particularidades de cada estudante.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo investigar como o AEE auxilia na inclusão e no desenvolvimento acadêmico de alunos com TEA no ensino regular, analisando as estratégias utilizadas pelos professores especializados e os impactos desse atendimento no desenvolvimento social, emocional e acadêmico dos estudantes. Além disso, busca compreender a influência da formação docente na implementação de práticas inclusivas.

A pesquisa será conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise qualitativa, utilizando referenciais teóricos sobre educação inclusiva, estratégias pedagógicas e políticas públicas voltadas para o atendimento de alunos com TEA. O problema que orienta este estudo consiste na seguinte questão: de que maneira o AEE pode contribuir para a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com TEA no ensino regular?

A relevância deste trabalho está na ampliação do debate sobre a inclusão escolar e no reconhecimento da importância do AEE como suporte para a construção de práticas pedagógicas mais acessíveis. Ao compreender como esse atendimento pode favorecer o processo de aprendizagem e socialização dos alunos com TEA, a pesquisa contribui para a reflexão sobre o papel da escola, da família e dos profissionais da educação na promoção de um ensino mais equitativo.

## **2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO**

A educação inclusiva no Brasil visa assegurar o direito de todos os estudantes a uma educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte adicional necessário para que alunos com deficiências, transtornos do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação possam participar plenamente do ensino regular.

O AEE é definido como um conjunto de atividades, recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular. Seu objetivo é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas (Silva, 2023).

A implementação do AEE está respaldada por uma série de legislações e políticas públicas brasileiras que promovem a inclusão educacional. A Constituição Federal de 1988 já estabelecia a educação como um direito de todos (Brasil, 1988). A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça esse princípio ao assegurar sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis (Brasil, 2015).

Além disso, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, instituída em 2008, orienta a organização do AEE nas escolas, enfatizando a necessidade de salas de recursos multifuncionais e a formação continuada de professores para atender às demandas dos alunos público-alvo da educação especial (Brasil, 2008).

A efetivação do AEE requer uma articulação intersetorial que envolva diferentes políticas públicas, garantindo o acesso aos direitos civis e sociais dos estudantes com deficiência. Essa abordagem integrada é essencial para superar os desafios na implementação de práticas inclusivas e assegurar que o AEE seja efetivo na promoção da aprendizagem e participação desses alunos (Santos, 2024).

Portanto, o AEE é uma estratégia indispensável para a concretização da educação inclusiva no Brasil, fornecendo os apoios necessários para que todos os estudantes, independentemente de suas particularidades, possam usufruir de uma educação equitativa e de qualidade.

## **2.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas implicações na aprendizagem**

O transtorno do espectro autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits na comunicação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos. Essas particularidades impactam diretamente a aprendizagem, exigindo estratégias educacionais específicas para garantir a inclusão e o desenvolvimento dos alunos diagnosticados com TEA (Sousa Neta; Silva, 2023).

O termo “autismo” tem origem grega na palavra “autos” que significa “si mesmo”. Silvia et al (2012) traz riquezas de detalhes sobre o que é uma criança com TEA e suas especificidades. Para essa autora, o espectro autista é caracterizado “como um transtorno global do desenvolvimento infantil, geralmente manifestado antes dos 3 anos de vida e se prolonga por todos os anos”. Além disso, Silva et al (2012) ainda destaca que trata-se de algo sintomático que afeta a socialização, comportamento e comunicação, e a área mais comprometida é a interação social.

A criança autista é aquele ser puro e singular no seu modo de ser. Porém, não há como negar as dificuldades enfrentadas pelas famílias e profissionais que atendem as crianças com TEA. Entender essa síndrome é um desafio que precisa ser enfrentado e pesquisadores buscam respostas que ainda não foram encontradas.

A inclusão escolar de crianças com TEA tem sido amplamente debatida, pois há desafios tanto para os alunos quanto para os educadores e instituições de ensino. Entre as dificuldades enfrentadas estão a adaptação do currículo, o desenvolvimento de metodologias eficazes, a necessidade de apoio especializado e a capacitação dos professores. Muitas vezes, os alunos com TEA apresentam dificuldades na socialização, na interpretação de comandos verbais e na manutenção da atenção em tarefas estruturadas, o que pode impactar seu rendimento escolar (Vieira et al., 2023).

Diante dessa situação, percebe-se que o autista precisa ser considerado na sua essência e visto como alguém que tenha habilidades mediante estratégias adequadas. Ter a sensibilidade de trabalhar com um aluno com TEA e descobrir suas aptidões é algo essencial na vida do educador.

Kanner (1996) foi o primeiro teórico a comentar sobre esse quadro clínico, e o denominou autismo infantil precoce, além disso, publicou sua primeira obra sobre o

assunto, em 1943.

Devido às suas limitações, muitas vezes o aluno autista é deixado de lado, sem a devida atenção dos professores. Esse isolamento pode ser considerado um descaso. Por vezes, até as famílias desprezam ou isolam essas crianças, sem buscar meios que incentivem à socialização.

Segundo Klinn (2006), os autistas estão agrupados de acordo com as características comportamentais e os graus de severidade. No grupo severo estão aqueles com um maior comprometimento; o grupo intermediário e o grupo mais leve, com comprometimento mais discreto.

A fim de minimizar tais dificuldades, diferentes abordagens pedagógicas têm sido discutidas. O uso de recursos visuais, comunicação alternativa e aumentativa (CAA), metodologias ativas e ensino estruturado são algumas das estratégias que podem favorecer o aprendizado desses alunos. Além disso, a construção de um ambiente escolar acessível, com apoio de profissionais especializados, como terapeutas ocupacionais e psicopedagogos, contribui para a adaptação e permanência dos estudantes com TEA na escola regular (Silva; Muniz, 2023).

De acordo com pesquisas recentes:

O processo de aprendizagem de crianças com autismo na educação infantil é desafiador, mas repleto de oportunidades. A compreensão das características do autismo na infância, a implementação de estratégias educacionais inclusivas e a colaboração entre profissionais da educação e famílias são elementos essenciais para o sucesso” (Silva; Muniz, 2023, p. 5).

Além das estratégias pedagógicas, a capacitação docente é um fator determinante para a inclusão efetiva dos alunos com TEA. Estudos apontam que muitos professores ainda se sentem despreparados para lidar com as especificidades desse transtorno e necessitam de formações continuadas que abordem práticas inclusivas e adaptações curriculares (Mendes; Rocha; Lima, 2023). A formação docente deve incluir não apenas aspectos teóricos sobre o TEA, mas também o desenvolvimento de habilidades práticas que possibilitem a criação de um ambiente de ensino mais acessível e responsivo às necessidades individuais de cada estudante (Farias; Souza, 2022).

A parceria entre família e escola é outro fator essencial para o sucesso da inclusão. A troca de informações entre professores e responsáveis possibilita a continuidade do aprendizado e a adoção de estratégias consistentes em diferentes

ambientes, favorecendo o desenvolvimento da criança. Nesse sentido, é fundamental que as escolas ofereçam suporte não apenas aos alunos, mas também às famílias, garantindo um processo de inclusão mais efetivo e humanizado (Ferreira; Santos, 2021).

Ferreira (2018) diz que para a educação acontecer de forma real, a escola precisa de apoios da família, comunidade, profissionais da área da saúde e governo. A família é a base do aluno, por isso, ela é considerada fundamental, nesse sentido, faz-se necessário criar um vínculo de confiança entre a família e a escola para atender as necessidades dos alunos, e os profissionais da saúde mais procurados são os médicos, fisioterapeutas, psicólogos, fonoaudiólogos e psicopedagogos.

O papel da escola e atuação devem partir da aceitação do aluno e realizar as adaptações necessárias para garantir o cumprimento das leis em relação à educação. Ainda é papel da escola fornecer aos professores capacitação e formação continuada, de modo que esses profissionais se preparem para trabalhar com essas demandas, criando adaptações em relação ao espaço físico e os equipamentos (SANTOS, 2017).

As instituições de ensino devem utilizar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento que orienta as escolas, a BNCC destaca que a educação inclusiva

A Base Nacional Comum Curricular é um grande avanço para a educação brasileira, pois abre oportunidades para uma educação mais inclusiva, que parta do olhar para o aluno e suas singularidades. Ela amplia as possibilidades para que as escolas busquem novas alternativas para ensinar a todos. Sendo assim, dialoga com os princípios do desenho Universal para a aprendizagem (DUA), que são: Proporcionar diversos meios para a aprendizagem; proporcionar diferentes formas para expressão do que foi aprendido e manter a motivação e permanência dos estudantes. (FERRARESI, p. 10, 2017)

A escola inclusiva não deve ser especial, e sim uma escola comum, pois todo ambiente de ensino tem a obrigação de acolher todos os alunos, independente das diferenças, dentro dela, as individualidades devem ser respeitadas, dessa forma, as relações têm de acontecer de maneira saudável dentro e fora da escola.

As escolas enfrentam muitas dificuldades para valorizar as diferenças, principalmente as escolas das redes públicas, muitas são as causas, como: falta de valorização; escassez de recursos e condições precárias das instalações. Oliveira e

Veloza (2014) comentam sobre os desafios da educação inclusiva no Brasil e apresentam os aspectos legais sobre esse assunto, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo este um dos marcos mais importantes para a vida estudantil, ainda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei de nº 9.394/96, que orienta que a educação inclusiva é dever do estado e deve ser iniciada dos 0 a seis anos de idade e por toda a vida.

Garofalo (2018), afirma que este tema deve ser trabalhando dentro da escola e que alguns dos caminhos para promover essa mudança são, ou seja, para transformar a educação em um processo também de acolhimento, a autora destaca, a diversificação do currículo, a promoção de diálogo, envolvendo a comunidade escolar e familiar, investir em formação docente, dispor de tecnologias assistivas, ter um projeto de inclusão elaborado e flexibilizar o currículo.

Conforme Baptista (2006, p.96) “...o educador se baseia em apropriar os seus próprios recursos e instrumentos: a negociação, o diálogo, a observação e a avaliação”. Por isso, o professor deve sempre fazer uma autorreflexão e ter sensibilidade para lidar com as limitações de cada aluno. Não basta apenas ter formação, é necessário levar em consideração o lado humano também.

Portanto, compreender as implicações do TEA na aprendizagem e adotar práticas pedagógicas inclusivas são passos essenciais para promover a equidade educacional e garantir o pleno desenvolvimento desses estudantes.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) no ensino regular é um dos desafios mais significativos da educação contemporânea, exigindo esforços conjuntos da comunidade escolar, da família e dos profissionais de saúde e assistência social. O atendimento educacional especializado (AEE) tem um papel essencial nesse processo, pois oferece suporte pedagógico complementar e estratégias que viabilizam a aprendizagem e a participação ativa dos estudantes com TEA. No entanto, para que essa inclusão ocorra de maneira eficaz, é necessário um planejamento educacional que considere as particularidades desses alunos, respeitando suas especificidades e potencializando suas capacidades.

As estratégias pedagógicas direcionadas ao ensino de alunos com TEA devem ser pautadas em abordagens acessíveis, estruturadas e diversificadas,

garantindo que o processo de ensino-aprendizagem seja significativo. O uso de metodologias ativas, recursos visuais, comunicação alternativa e aumentativa (CAA), tecnologia assistiva e ensino estruturado são algumas das estratégias que têm se mostrado eficazes na promoção da autonomia e do desenvolvimento cognitivo desses estudantes.

Além disso, a adaptação curricular, a flexibilização das atividades e a criação de um ambiente previsível contribuem para a redução de barreiras e para o fortalecimento da participação dos alunos com TEA no contexto escolar.

Entretanto, a inclusão vai além da implementação de estratégias pedagógicas específicas. Para que ocorra de forma efetiva, é imprescindível a capacitação docente, garantindo que os professores estejam preparados para compreender as particularidades do TEA e desenvolver práticas educacionais inclusivas.

A formação continuada deve abranger não apenas conteúdos teóricos sobre o transtorno, mas também oferecer subsídios práticos para que os docentes possam lidar com desafios como a adaptação de materiais, o gerenciamento de comportamentos e a promoção da interação social entre os alunos. A falta de preparo dos educadores pode comprometer a qualidade do atendimento oferecido, resultando em um processo de inclusão que, na prática, pode se tornar excludente.

Além disso, a atuação de uma equipe multidisciplinar, composta por psicopedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros especialistas, é fundamental para garantir um acompanhamento mais amplo e integral dos alunos com TEA. A articulação entre os diferentes profissionais envolvidos possibilita a construção de estratégias mais eficazes e individualizadas, atendendo às demandas específicas de cada estudante. Nesse sentido, a escola deve atuar como um espaço de acolhimento, onde todos os profissionais trabalhem de forma colaborativa para promover o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos.

Outro fator determinante para o sucesso da inclusão de alunos com TEA no ensino regular é a parceria entre escola e família. O envolvimento dos responsáveis no processo educacional contribui para a continuidade do aprendizado fora do ambiente escolar, reforçando as estratégias utilizadas em sala de aula e promovendo um desenvolvimento mais consistente. A troca de informações entre professores e familiares permite um melhor entendimento das necessidades e potencialidades do estudante, possibilitando a adoção de práticas mais alinhadas ao seu perfil.

As políticas públicas voltadas à educação inclusiva também desempenham um papel essencial nesse contexto. A garantia de recursos adequados, infraestrutura acessível, formação de professores e acompanhamento especializado são fatores que influenciam diretamente na qualidade da inclusão escolar. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, ainda há desafios na sua implementação, como a falta de investimentos, a escassez de profissionais especializados e a necessidade de maior sensibilização da comunidade escolar em relação à diversidade.

Diante disso, a efetivação do atendimento educacional especializado para alunos com TEA no ensino regular requer um olhar atento às singularidades de cada estudante, respeitando seus tempos e formas de aprendizagem. A inclusão não se limita a adaptações físicas e curriculares, mas envolve a transformação da cultura escolar, tornando-a mais acolhedora, empática e acessível a todos. Dessa forma, garantir uma educação de qualidade para estudantes com TEA significa promover equidade, respeitar as diferenças e construir um ambiente educacional onde todos possam aprender e se desenvolver plenamente.

Por fim, o sucesso da inclusão escolar depende do comprometimento de toda a sociedade. A escola deve ser um espaço de diversidade e pertencimento, onde cada aluno, independentemente de suas condições, possa ter suas potencialidades reconhecidas e desenvolvidas. Para isso, é fundamental que o atendimento educacional especializado continue sendo aprimorado, com investimentos em formação docente, recursos pedagógicos acessíveis e políticas educacionais que garantam a efetivação dos direitos dos alunos com TEA. Somente assim será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de transformar vidas e contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 8 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 8 fev. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 06 fev 2025

FARIAS, P. L.; SOUZA, M. R. O impacto da formação docente na inclusão de alunos com transtorno do espectro autista. **Revista Educação & Sociedade**, v. 43, n. 158, p. 1-17, 2022. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/02/GT15-1786\\_int-1.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/373/2019/02/GT15-1786_int-1.pdf). Acesso em: 8 fev. 2025.

FERREIRA, A. P.; SANTOS, L. R. A importância da parceria entre família e escola na inclusão de crianças autistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, p. 253-270, 2021. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/342>. Acesso em: 8 fev. 2025.

MENDES, G. F.; ROCHA, S. D.; LIMA, J. P. **Capacitação docente e práticas pedagógicas para alunos com TEA: um panorama das dificuldades e avanços**. Journal of Neuroscience and Teaching, v. 4, n. 2, 2023. Disponível em: <http://revistas.faculdaedefacit.edu.br/index>

SANTOS, J. D. dos. Educação inclusiva, atendimento educacional especializado, intersetorialidade: os direitos sociais do estudante com deficiência. **Revista Psicopedagogia**, v. 41, n. 124, p. 104-114, 2024. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v41n124/0103-8486-psicoped-41-124-0104.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2025.

SILVA, M. A. da. Atendimento educacional especializado: o que é, para quem é e como deve ser feito. **Gestão Escolar**, 2023. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2204/atendimento-educacional-especializado-o-que-e-para-quem-e-e-como-deve-ser-feito>. Acesso em: 8 fev. 2025.